

A ÁSIA NO CENTRO DO MUNDO?

Amaury Porto de Oliveira

Com o honroso convite, que muito agradeço, para participar deste Fórum, os organizadores adiantaram-me algumas indagações bem precisas: A Crise Global em curso significa realmente a transferência do centro econômico do mundo para a Ásia? No caso afirmativo, como será o mundo sob a eventual liderança da China, alternativamente à liderança dos EUA? Tentarei responder da melhor maneira ao meu alcance, frisando que eu não sou economista. Não serei capaz de apresentar belas sínteses em economês. Profissionalmente, eu sou apenas um observador diplomático, treinado para seguir o jogo dos Estados na grande arena das relações político-econômicas globais.

Para começar a responder às perguntas que foram colocadas, convém remontar ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial, quando a esmagadora vitória dos EUA na Guerra do Pacífico havia reduzido aquele oceano, do ponto de vista estratégico, a um lago americano. Washington ainda tentou, sem êxito, disciplinar a região sob a SEATO, réplica da NATO européia. Só lhe foi possível criar uma estrutura descrita como de “centro e raios”, com a aliança militar EUA-Japão servindo de fulcro, do qual se irradiavam ajustes bilaterais com a Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Filipinas, Cingapura e Austrália. Até a abertura dos anos 1970, a **Pax Americana** assentou-se nas duas estruturas estratégicas acima citadas e no predomínio mundial do chamado Sistema de Bretton Woods, que em última análise se apoiava na presunção da convertibilidade obrigatória do dólar em ouro. Em 1971, em meio a uma corrida maciça do dólar para moedas européias, o governo americano anunciou unilateralmente sua decisão de não mais ceder ouro aos portadores de dólar.

A partir, então, de 1971-1973, tornou-se válido falar do pós-Bretton Woods, um longo período no qual os EUA puderam substituir o regime do dólar-ouro por sistema de câmbio global, mais eficaz para eles, que alguns especialistas chamam “financiamento mercantilista”. Com esse sistema, o dólar pôde ser mantido como o instrumento líder das transações internacionais, ao ser usado para garante dos maciços empréstimos que os EUA passaram a levantar mundo afora. O prestígio do dólar como a moeda dominante no mundo veio dando aos EUA um amplo acesso ao capital internacional, ao mesmo tempo que lhe assegurava grande independência monetária no interior de suas fronteiras. A visão da Ásia como o novo centro econômico do mundo decorre, antes de mais nada, do colossal

endividamento dos EUA diante do Japão, da China e dos países petrolíferos do Golfo Pérsico. Em 2005, o déficit comercial total dos EUA alcançou 6% do PIB do país, e China e Japão detinham, em conjunto, 40% do total.

Nas mais de três décadas de “financiamento mercantilista”, até a “aterrissagem em catástrofe” do sistema financeiro global em 2008, os EUA seguiram financiando gastos gigantescos com a manutenção da sua projeção imperial, vendendo a outros países obrigações do tesouro americano. O acúmulo de dólares não associados à produção criou no mundo um excesso de liquidez, que se traduzia em violentos e enormes fluxos de capital à busca de reprodução imediata. A maior parte desses fluxos era controlada por fundos de pensão americanos, e a mundialização das telecomunicações foi-lhes dando a possibilidade de deslocar-se no espaço várias vezes por dia. Desde meados dos anos de 1980, sob os tambores entre outros do Banco Mundial, capitalistas ocidentais tenderam a investir pesadamente em países da costa pacífica da Ásia, em alguns dos quais os fundos estrangeiros vieram a representar 75% da acumulação local de capital. O lado asiático dessa história pode ser acompanhado através das experiências de modernização do Japão e da China, no século XX.

O Japão levava a cabo uma primeira industrialização no final do século XIX, muito inspirada no que ia fazendo a Alemanha. Os dois países compensaram a tardança com que se ajustaram ao modelo anglo-americano da I Revolução Industrial, recorrendo à ação estatal para a mobilização e redistribuição dos investimentos, num contexto de instituições financeiras centralizadas, de níveis de consumo relativamente baixos e de poder econômico concentrado nas mãos de gigantescos cartéis. A modernização era vista como processo essencialmente político, em conformidade com as teorias do economista alemão Friedrich List, até hoje estudado no Leste Asiático. Como é notório, a economia industrial que o Japão levantou na passagem do século XIX para o XX foi posta abaixo pela fragorosa derrota na Guerra do Pacífico e começou a ser desmantelada pelo ocupante americano, em obediência aos ditames da Conferência de Potsdam. Os EUA foram, contudo, levados a efetuar uma “inversão de curso”, quando a vitória dos comunistas de Mao Zedong pôs fim à ilusão de Roosevelt de que seria possível aliar-se aos nacionalistas de Chiang Kai-shek para a estruturação da Ásia “pacífica e democrática” do pós-guerra. O Japão foi escolhido para servir de viga-mestre do edifício econômico e estratégico da **Pax Americana** no Pacífico Ocidental. Os esforços se concentraram na construção de um Japão economicamente próspero e militarmente forte, ligado em sólida aliança aos EUA. A Guerra da Coreia, desencadeada como que por encomenda, funcionou como verdadeiro Plano Marshall para o financiamento da segunda industrialização do Japão.

Característica central do modelo de modernização adotado pelo Japão, dito desenvolvimentista, é a visão da transformação tecnológica como o processo central da industrialização. Conseqüência disso é que o Estado desenvolvimentista dota-se de vantagens comparativas por decisão política, através da acumulação dos capitais e das habilitações requeridas, no quadro de bem-implementadas estratégias nacionais. O Japão da Era Meiji já se dotara de grandes conglomerados financeiros e industriais (os **zaibatsu**), modificados sob a ocupação americana nos **keiretsu**, e imitados pela Coréia do Sul, que levantou quase do zero os famosos **chaebols**. No Japão como na Coréia do Sul, esses conglomerados vieram a ser a base da irrupção em força de japoneses e sul-coreanos nos mercados internacionais da eletrônica, dos semicondutores e do automóvel. Foi no Japão, nessa época, que começou a tomar corpo o conceito de sociedade da informação, como a tela de fundo da corrida da indústria civil japonesa, impulsionada pelo Estado desenvolvimentista, na busca da liderança mundial no setor das TI. Mas foi trágico para o Japão que a lógica e as instituições do Estado japonês tenham vindo a entrar em contradição com a sociedade da informação, que o país ajudara a criar.

O fato foi que as elites empresarial e burocrática, nipônicas, não puderam ou não souberam romper com velhos hábitos e concepções, a fim de se integrarem na economia em globalização. Tudo isso reforçado por ações concretas dos EUA, alarmados com a ameaça que o desenvolvimento econômico e tecnológico do Japão começara a trazer para a hegemonia americana. Uma das primeiras manifestações dessa preocupação dos EUA ocorreu em 1983, ao ensejo do lançamento pelo Presidente Reagan da Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), popularmente chamada “Guerra nas Estrelas”. O objetivo claro da IDE era contestar a idéia então em voga de que os EUA haviam “entrado em declínio”. Tratava-se de restabelecer o distanciamento tecnológico-militar entre o poderio americano e o resto do mundo e Reagan obteve do Primeiro Ministro Yasuhiro Nakasone um acordo administrativo (que não precisava ser submetido ao Parlamento), pelo qual poderiam ser levantadas, em favor exclusivo dos EUA, as regras da legislação japonesa de disciplinamento das exportações de valor militar, sempre que os responsáveis pela IDE manifestassem interesse em tecnologias da indústria civil japonesa. Requisições concretas logo começaram a ocorrer.

O desafio do Japão era particularmente irritante no terreno dos semicondutores e, em 1987, um relatório da Junta Científica de Defesa, dos EUA, praticamente erigiu em causa nacional a salvaguarda da indústria americana correspondente. O Pentágono passou a investir pesadamente no

setor dos semicondutores e, inclusive, a promover medidas de política industrial, em princípio anátema para o liberalismo americano. A entrada em cena do Pentágono mexeu com a correlação de forças domésticas no Japão, abrindo as comportas para as correntes ultranacionalistas contrárias às políticas pacifistas e mercantilistas (Doutrina Yoshida), que tanto haviam ajudado o progresso japonês nos anos 1970 e 1980. A investida americana conjugou-se com a chegada ao poder, em Tóquio, de correntes insatisfeitas com a linha Yoshida, dando impulso ao que se chamou a economia **nichibei** (**bei** sendo a designação popular no Japão para os EUA). Poderosos grupos dos dois países convergiram para uma parceria estratégica que tomou ares de simbiose.

Uma outra frente da pressão para conter os avanços japoneses foi a política do iene forte, imposta ao Japão pelos colegas do “Grupo dos 7”, numa reunião no Hotel Plaza (NY), em 1985. Nasceu daí a famosa “bolha financeira”, de cujo estouro, no começo dos anos 1990, ainda não pôde recuperar-se o Japão. Efeito direto desse estouro foi a impraticabilidade de as firmas japonesas continuarem a usar a faixa costeira da Ásia Oriental como prolongamento de sua base industrial. As multinacionais nipônicas tenderam a dissociar-se da economia nacional, e o MITI foi perdendo a capacidade de conduzir a política industrial do país.

Num nível mais profundo do que o dos desajustes culturais da elite japonesa e a ação restritiva dos EUA, alterações estruturais tinham estado a revolucionar a indústria da eletrônica, abrindo o caminho para o retorno em força dos fabricantes americanos. Duas delas merecem realce. A primeira afetava a própria natureza dos sistemas eletrônicos, dando origem a novos produtos, cujos mercados convergiam para um fundamento tecnológico comum no nível do microprocessador, o que lhes permitia entrelaçarem-se em redes abertas. A rivalidade comercial envolvia produtores capazes de fixar padrões de mercado, como a Microsoft e a Intel fizeram com êxito no tocante, respectivamente, aos sistemas de operação dos CPs e à arquitetura dos processadores. O mercado doméstico dos EUA tornou-se o principal absorvedor dos produtos em questão e o grande terreno para a competição entre os padrões.

Não menos importante foi a outra alteração, expressa no abandono pelas firmas americanas da tradicional integração vertical, em favor de um modelo de organização em redes. As velhas redes japonesas do Leste Asiático passaram a sofrer a concorrência das emergentes redes americanas suplementadas pelas implantações dos **chaebols** sul-coreanos; dos fabricantes taiwaneses de componentes e periféricos para computadores; e em especial, das implantações da diáspora chinesa, um pouco por toda a

Ásia Oriental. Vou aqui apoiar-me num abrangente e instigante estudo de 1997, do pesquisador Michael Borrus, da **Berkeley Roundtable on the International Economy (BRIE)**, para mostrar como a interação das redes de fabricantes americanos com as redes étnicas da Ásia Oriental levou à predominância das firmas americanas sobre as japonesas, entre meados dos 1980 e meados dos 1990.

No final dos anos 1980, os fabricantes americanos tenderam a concentrar seus escassos recursos na definição de novos produtos e das correlatas capacitações (desenho, arquitetura, software), de maneira a criar, manter e desenvolver padrões de mercado. Ao mesmo tempo, passaram a fortalecer suas filiais na Ásia Oriental, dando-lhes maior responsabilidade na agregação de valor aos produtos duros e processos manufatureiros. Os americanos intensificaram também a aquisição na região de componentes, partes e módulos submontados. Num desenvolvimento correspondente, os fornecedores usados pelos americanos na vasta zona da diáspora chinesa puseram-se também a aperfeiçoar e especializar suas produções, tomando crescentemente o controle das redes produtivas correspondentes. Nos anos 1990, premidas pela intensificação da competição regional e diante da necessidade de aumentar a escala dos seus investimentos, as firmas do setor baseadas em Taiwan e Hong Kong procederam à reorganização e consolidação de suas atividades, montando uma extensa base local de fornecedores. Milhares de pequenas e médias empresas de desenho, componentes, partes e submontagem foram reunidas em cadeias, que se estendiam por toda a área de ocupação chinesa.

Instalou-se uma divisão de trabalho entre produtores dos EUA e do Leste Asiático, com as redes japonesas divergindo gradualmente das demais. Enquanto as redes americanas tendiam a ser abertas a terceiros, rápidas e flexíveis nas suas decisões, as redes japonesas mantinham-se relativamente fechadas, lentas e cautelosas, além de seguirem presas às suas bases domésticas de fornecedores, com muito pouco valor agregado aos produtos das implantações no exterior. Já as redes que surgiam na área chinesa traziam características mistas: eram resistentes à entrada de terceiros, como as japonesas; rápidas e flexíveis, como as americanas; e privilegiavam tarefas atribuíveis a grupos familiares ou mesmo a indivíduos, perfeitas para as relações interpessoais típicas da sociedade chinesa. E embora a malha produtiva chinesa se estendesse por uma ampla área do Leste Asiático, inclusive Taiwan e Hong Kong, firmava-se a tendência a concentrar produção cada vez mais no interior da RPC.

A China estivera a preparar-se para esse resultado desde o começo dos anos 1980, quando Deng Xiaoping criou as Zonas Econômicas

Especiais (ZEE), calculadamente localizadas para atrair chineses do ultramar, em especial de Taiwan e Hong Kong. No final da década, as indústrias de baixa tecnologia desses dois NPI (novo país industrial) haviam-se transferido em massa para as províncias de Fujian e Guangdong, no continente. O Delta do Rio das Pérolas encetava sua marcha para ser a nova “oficina do mundo”, mas essa evolução não satisfazia os dirigentes de Pequim, na medida em que acarretava pouca transferência de tecnologia. Com o apoio de Deng, o Primeiro Ministro da época, Zhao Ziyang, que ocupava interinamente a Secretaria-Geral do PCC, lançou a ousada tese da “integração da China no grande círculo internacional”. O próprio Deng iria efetuar em 1992, já quase nonagenário, um circuito por cidades do Delta e Xangai, conclamando os magnatas da diáspora a investir na modernização da velha pátria. Começou aí a grande barganha com o capitalismo global, que fez da China o suporte da produção de manufaturas de baixa tecnologia, intensivas em trabalho, para o resto do mundo, enquanto o resto do mundo dava apoio à produção de manufaturas de alta tecnologia, intensivas em capital, para a China.

Depois disso, tornou-se cada vez mais usual associar a idéia da Ásia como novo centro econômico do mundo ao processo de rejuvenescimento da China. Perde ímpeto o sistema japonês de mobilização de recursos, sobre o qual se apoiara a modernização e expansão do Império nipônico e que, sob a **Pax Americana** do pós-guerra, ainda permitira a eclosão dos NPI Coreia do Sul e Taiwan. À semelhança do Japão, esses dois países apresentavam-se como sociedades homogêneas, sem a maleabilidade de economias capazes de estimular o investimento externo, globalizar suas regulamentações econômicas, dar ênfase à competição e incentivar o empreendedorismo. É interessante verificar que economias com tais valores distinguem-se, em geral, por dispor de amplas diásporas. China e EUA são belos exemplos, seguidos a certa distância pela Índia. E não espanta que estes três países tenham começado a ser destacados nas diversas especulações sobre quem liderará a nova ordem mundial. Os EUA seguirão sendo o país mais importante, por sua pujança econômica e política e, principalmente, por seu incontestável poderio militar, mas será inevitável o efeito reestruturante, sobre o quadro político e econômico global, da marcha de China e Índia para o nível das atuais economias desenvolvidas. Combinados, os dois gigantes asiáticos têm 37,5 por cento da população mundial e representam quase sete por cento do valor da produção do globo. O gigantismo da acumulação de capital físico e humano nas duas economias já exerce poderoso impacto sobre o resto do planeta.

Uma grande sacudida geopolítica está em curso, forçando as placas tectônicas do poder mundial a buscar novos equilíbrios. As possibilidades

de reajustamento são muitas, mas parece válido afirmar que está chegando ao fim a era histórica, na qual a vida internacional pautou-se por modelos anglo-saxões. Concretamente, os mais de dois séculos em que a Inglaterra e, subsequentemente, os EUA atuaram como os líderes hegemônicos do mundo. Nesse contexto, vem muito a propósito trazer à baila o último livro de Giovanni Arrighi, publicado no Brasil em tradução em maio de 2008. A tese central de **Adam Smith em Pequim** é a de que está cabendo à China liderar o mundo, como nem a Inglaterra nem os EUA foram capazes de fazer, em direção a uma sociedade de mercado baseada na crescente equalização das civilizações que convivem no planeta. Adam Smith morreu antes da eclosão da Revolução Industrial e **A Riqueza das Nações** foi escrita quando mal começara o eclipse da Ásia diante da expansão européia. O Império do Meio de que se ocupou Smith atravessava um notável período de paz, prosperidade e crescimento demográfico, louvado nos escritos do Iluminismo Europeu do século XVIII. Na reconstrução de Arrighi, a “sociedade harmoniosa” a que pretendem os dirigentes chineses da Quarta Geração tem mais a ver com o conteúdo humano da “Revolução Industrial”, teorizada por autores japoneses, do que com o conteúdo tecnológico da Revolução Industrial, cara aos marxistas.

O livro de Arrighi é uma investigação em torno do que vai ocorrendo no mundo, na Ásia em particular, desde o início dos 1990. O aparecimento em força da China foi a grande novidade, sobretudo porque o regime chinês nunca se deixou enquadrar nos esquemas estratégicos dos EUA, conforme faziam o Japão, Taiwan e mesmo a Coreia do Sul. O poderio militar chinês empalidece frente ao poderio americano, e a China ainda depende muito de capitais e tecnologias dos EUA para manter seu extraordinário crescimento econômico. Mas é igualmente grande a dependência da riqueza e poderio dos EUA, em relação à absorção de manufaturas baratas da China e às compras maciças por Pequim de obrigações do Tesouro americano. A China vai tomando o lugar dos EUA como o principal motor da expansão comercial e econômica da Ásia Oriental, e mais além. É como a locomotiva da nova Ásia que a China se integra na globalização, levando consigo o continente.

Dois importantes processos se entrelaçam aí. A consolidação de uma economia de dimensões continentais, coesamente assentada sobre moderna malha de transportes e telecomunicações. E o interrelacionamento desse colosso com os países circundantes. No início dos 1990, células de reflexão ligadas à cúpula dos dirigentes chineses, preocupadas com o colapso da União Soviética e a reação hostil do Ocidente aos trágicos acontecimentos de Tiananmen, procederam a uma profunda reavaliação das possibilidades de êxito das reformas iniciadas por Deng Xiaoping. As principais decisões

saídas dessa análise foram, precisamente, o lançamento da “Marcha para o Oeste” e a adoção do objetivo estratégico de não permitir que os EUA, ou terceiro país com apoio americano, venha a frustrar a construção da China próspera e pacífica, pela qual aspiram os chineses. A política da “Marcha para o Oeste” foi promulgada em 1999, com a intenção de expandir as conquistas já obtidas na faixa costeira do país para o vasto espaço que cobre as províncias ocidentais do Império do Meio e as regiões autônomas de Ningxia, Tibete e Xinjiang. Cobre esse espaço 60% do território da RPC, mas como predominem nele montanhas e desertos, menos de um quarto da população do país está ali abrigado. O município de Chungking no curso médio do Iang-Tse foi elevado à categoria de Município Autônomo, o que lhe dá privilégios de província, para servir de fulcro de todo o esforço de modernização, como o principal nodo dos sistemas nacionais de rodovias e ferrovias, em plena expansão. Numa entrevista à imprensa, por ocasião da sua designação para comandar esse esforço, o novo Vice-Prefeito da área tornou clara a intenção chinesa de repetir a experiência dos EUA, que assentaram sua predominância mundial, no século XX, na consolidação de uma economia de dimensão continental: “Meu mandato – disse aquele funcionário – é fazer de Chungking a Chicago da China.”

Quando começou a “Marcha para o Oeste”, a Região Autônoma do Tibete (RAT) era uma das regiões mais isoladas da RPC, a única não servida por estrada-de-ferro. A construção da Ferrovia Qinghai-Tibet, já em funcionamento, foi um dos projetos mais espetaculares enfrentados pelo governo de Pequim. Mais de 900 quilômetros de trilhos correndo a uma altura superior a 4.000 metros. Esforço considerável está sendo também aplicado na construção de um complexo rodoviário chamado “três linhas verticais e duas horizontais”, que deverá funcionar como o núcleo de rede de estradas estendendo-se da Ásia Central até a Ásia Meridional. Será muito aumentada a capacidade do regime chinês em matéria de defesa das fronteiras e manutenção da ordem interna, e o Tibete adquirirá importante papel mercantil e diplomático no relacionamento da RPC com os vizinhos das alturas himalaias: Índia, Nepal e Butão.

Esse novo papel atribuído ao Tibete enquadra-se naquele segundo objetivo estratégico de cercar a RPC com uma faixa de países amigos. Uma ativa diplomacia de boa vizinhança, dita “periférica” (**zhoubian**), tem cuidado de manter esse entorno de paz e estabilidade, através da solução negociada de divergências políticas e territoriais herdadas da História. No contexto específico da Ásia Oriental, buscou Pequim promover a visão de uma Comunidade Asiática, vale dizer, sem a participação de países de fora como os EUA, a Austrália ou os latino-americanos, em contestação direta

àquela visão já mencionada do Pacífico como um lago americano. Nesta outra visão, consubstanciada na criação (1989) da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC na sigla inglesa), toda a orla do grande oceano, num círculo que sobe da Oceania para o Leste Asiático e desce pela costa pacífica das Américas, é tratada como a moldura de um grande sistema comercial orquestrado pelos EUA. A crise financeira asiática de 1997, no entanto, tornou patente a inaptidão da APEC para acorrer com medidas reparadoras, dando à China a oportunidade de minorar os efeitos da crise sobre as economias do Sudeste Asiático, estimulando-as a aproximar-se das posições chinesas. As elites governamentais e empresariais da ANSEA (Associação das Nações do Sudeste Asiático) passaram a empenhar-se no bom relacionamento da área com a China, enquanto a China usou seu novo relacionamento com a ANSEA como plataforma, a partir da qual lançar amarras em direção ao Nordeste Asiático. Pôde a China instalar e manter em marcha, nesta outra subregião, as chamadas negociações hexapartites (China, EUA, Japão, Rússia e as duas Coreias), que têm servido de foro para a normalização da complicada e perigosa situação deixada pela Guerra da Coreia de 1950-1953, e já permitiram especulações de que poderão servir de base para instituição mais permanente.

Situações semelhantes ao longo de toda a extensa linha fronteira chinesa têm dado ensejo a intervenções positivas da diplomacia **zhoubian**. Um dos principais veículos desse trabalho de modelagem da nova Ásia, sob a direção de Pequim, é o Foro de Boao, na Ilha de Hainan, que vem tomando ares de “Davos asiático”. Inaugurado em 2001, o Foro de Boao tem atraído anualmente líderes políticos e empresariais vindos das várias regiões do continente, ajudando a China a conquistar posições na Ásia Meridional e Central, por exemplo. Na última delas, ganha impulso - com o apoio da Rússia e quatro das ex-repúblicas da Ásia Central soviética - a Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla inglesa). O empenho da China na consolidação da SCO está muito preso à crescente importância dos países da Ásia Central como fontes de hidrocarbonetos para o bom desenvolvimento chinês. Já foram construídos ou estão em construção oleodutos e gasodutos com tal finalidade. Mas a SCO começa também a revelar características de aliança militar, e a atrair o interesse de países como a Índia, o Paquistão e o Irã, aos quais tem sido dado participar das reuniões plenárias, como observadores.

Não poderei deter-me no exame das várias situações conflituosas com que se defronta a diplomacia chinesa. Cabe, porém, acentuar o traço comum a todas elas: contemporização com a ordem imposta à Ásia pelos EUA. Os chineses não se submetem aos esquemas estratégicos dos EUA, mas desde o final dos 1970, com a chegada de Deng Xiaoping, têm sabido

trabalhar sem se enredarem no posicionamento confrontacional, ideológico, típico da era de Mao Zedong. Ganhou força o lema da “ascensão pacífica” (**peaceful rise**), elaborado precisamente para transmitir aos americanos a idéia de que a China não planeja lançar algum repto à liderança que eles mantêm sobre o mundo. O melhor exemplo da cautela de Pequim é o caso de Taiwan. Sem se arredar da posição básica de que se trata de problema de ordem interna, os dirigentes chineses souberam enfrentar com firmeza o desafio lançado por um governo de inclinação independecista, estimulado pelo Pentágono de Donald Rumsfeld, até recolocar a situação nos termos originais de disputa entre correntes políticas domésticas, empenhadas em governar toda a China, à sua respectiva maneira. Nos últimos quatro anos, ampliou-se muito a margem de convivência entre as duas correntes e têm prosperado as relações econômicas. Mais de um milhão de ilhéus vivem hoje no continente, como taiwaneses, e tomam vulto as comunicações e os vãos entre os dois lados do Estreito.

A China aparece, então, cada vez mais, como a força dinamizadora da Ásia, mas tendo de ajustar-se à ação de outros atores, com peso num continente que está longe de ser monolítico. Além da presença econômica e estratégica dos EUA, precisa a China contracenar com potências menores como a Rússia e a Coreia do Sul, nas suas regiões do Norte e Nordeste Asiáticos, e a Índia, que quase se confunde com a Ásia Meridional. Num livro recente, William H. Overholt, especialista em Ásia da RAND, frisa como é útil comparar de forma sistemática China e Índia, se se deseja uma boa visão do presente e do futuro próximo das relações internacionais. No rol dos países, Índia e China ocupam lugar à parte pelo tamanho das suas populações, pela extensão territorial e pela projeção cultural milenar que ambos carregam. Tal como a chinesa, a civilização indiana exerceu forte e permanente influência na história humana. Nos dias de hoje, Índia e China estão convergindo política e diplomaticamente, graças à emergência dos dois países como baluartes da economia globalizada.

O despertar dos dois gigantes asiáticos, em íntima interação com as grandes firmas transnacionais (da eletrônica em particular), está no centro do que se começa a chamar a “globalidade”: grandes firmas de toda parte competindo com todo mundo em todos os setores de negócios. Mencionei uma estreita faixa, na qual as duas grandes massas demográficas de China e Índia estão revolucionando o quadro global, forçando inclusive a evolução das transnacionais. Começam estas a atuar como entidades globalmente coesas, no interior das quais o trabalho se desloca para onde possa ser mais bem feito. Na IBM, por exemplo, as operações na América Latina estão sendo comandadas do escritório da firma em Xangai. Para além das convergências de tipo tecnológico, China e Índia atravessam uma fase de

bom entendimento diplomático. Após o surto de **realpolitik** que levou, em 1962, a um conflito armado em torno da definição de fronteiras, as relações entre os dois países atravessaram período glacial, começado a romper no fim da década, quando Rajiv Ghandi foi à capital chinesa, dando início a uma troca de visitas de alto nível. Particularmente importante mostrou-se a visita a Pequim do Primeiro Ministro Atal Behari Vajpayee, líder do BJP, o partido rival do velho Congresso. A “cooperação abrangente”, lançada por Vajpayee, iria ganhar contornos práticos em 2005, quando o Primeiro Ministro Wen Jiabao retornou a visita, numa estada em Nova Délhi que foi saudada pela imprensa indiana como “um dos mais importantes eventos da década na agenda diplomática da Índia”.

Embora as aspirações globais de China e Índia exibam boa dose de competitividade, as pressões trazidas pelo acelerado crescimento dos dois países levam a que se afirme uma competição virtuosa. Aos indianos agrada, por certo, o empurrão que lhes deu o Governo Bush-II, cujo relatório de Segurança Nacional Estratégica dizia, em 2002: “Partimos hoje da verificação de que a Índia está em vias de transformar-se numa potência global, com a qual possuímos interesses estratégicos comuns.” Esta visão da Índia como baluarte de um arco estratégico a estender-se de Suez ao Japão esteve, sem dúvida, na base da decisão de George W. Bush de passar por cima de objeções domésticas e internacionais, a fim de ajudar os planos nucleares indianos. Mas Nova Délhi não se deixou envolver na tendência de Washington de associar a Índia ao reforçamento da aliança militar EUA-Japão, preferindo explorar com Pequim as complementaridades nascidas da globalização. Quando Manmohan Singh visitou o Japão em fins de 2006, foi-lhe sugerido que a Índia aderisse a um “concerto democrático quadrilateral”, que incluiria também os EUA e a Austrália. Em agosto seguinte, o Primeiro Ministro japonês retribuiu a visita do colega indiano, voltando a insistir na idéia da cooperação quadrilateral. A Índia tem-se esquivado, porém, ao mesmo tempo que se aproxima de posições chinesas como a compra de gás natural no Mianmar e no Irã, com a conseqüente negociação de gasodutos com países da lista negra de Washington.

A fome de matérias primas e insumos energéticos dos dois gigantes tem estimulado parcerias e também rivalidades entre eles, em particular na África, daí nascendo uma renovada importância do Oceano Índico, como a área por onde deve transitar o grosso do comércio entre os dois lados da equação. O número de março-abril de 2009, de **Foreign Affairs**, trouxe um rico artigo do cientista político americano Robert Kaplan, sobre o novo papel desse Oceano, ali tratado como arena para conflitos globais do século XXI. O Oceano Índico é dominado por duas imensas baías, o Mar de Omã (da Arábia) e o Golfo de Bengala, cruciais para a circulação marítima a

serviço da Índia e da China, respectivamente. Os especialistas falam, assim, do “dilema de Ormuz”, da Índia, e do “dilema de Malaca”, da China. Pequim tem em estudo uma superação geográfica do seu dilema, através da abertura do Canal de Kra, a ser cortado no Istmo da Tailândia. Um projeto na escala do Canal de Panamá, que ligará o Oceano Índico à costa pacífica da China, proporcionando às Marinhas de guerra e comercial chinesas uma via de acesso direto entre a África Oriental e o Mar do Japão. Tanto a China como a Índia estão em vias de ampliar substancialmente suas armadas, fazendo delas, em breve, a segunda e a terceira do mundo, embora em posição distante do poderio marítimo dos EUA. Além da rota de Kra, concebida para liberar os navios chineses de constrangimentos eventuais (inclusive a pirataria) nos itinerários que cruzam os estreitos do Sudeste Asiático, Pequim vai abrindo ligações entre o Índico e terras interioranas da China, através de dutos e sistemas hidrográficos, no Paquistão e em Mianmar. Os chineses instalaram na Ilha de Mauritius uma das sete Zonas Econômicas Especiais por eles criadas na África, e têm feito grandes investimentos lá.

Divergência territorial que tem resistido à ação pacificadora da diplomacia **zhoubian** é o litígio entre Japão e China, a propósito das ilhas chamadas Senkaku (Montes Rochosos), no Japão, e Diaoyu (Plataforma de Pesca), na China. A disputa prolonga-se desde 1968, quando uma pesquisa geológica sob a responsabilidade das Nações Unidas sugeriu a existência de importantes recursos petrolíferos na plataforma continental do arquipélago. Cinco momentos de crise já sobrevieram, sem que tenha havido avanço real para a solução do litígio, mas também sem escalada militar. Além da contestação simbólica sobre quem detém a soberania no arquipélago, o valor material da área circundante cresceu muito depois de 1996, quando ganhou premência o interesse em fixar os limites das Zonas Econômicas Exclusivas de cada país. Como já deixei assinalado, o Japão exibiu, desde o final do século XIX, dois momentos de exuberância industrial que pareceram a ponto de colocá-lo em posição de liderança. Faltou, porém, à sociedade japonesa o impulso final necessário, e embora ainda apareça o Japão como a segunda maior economia do mundo, seu desempenho na Ásia passou a empalidecer diante da China. No plano bilateral, são quentes as relações econômicas entre os dois vizinhos, mas frias as relações políticas.

Após a visita do Primeiro Ministro Abe à China (outubro de 2006) e a visita ao Japão (abril de 2007) do Primeiro Ministro Wen Jiabao, as relações sino-japonesas afinal se liberaram do impasse de mais de cinco anos, criado pela insistência de Junichiro Koizumi de visitar anualmente o Santuário de Yasukuni, com suas conotações com governantes ligados à

ocupação japonesa da China. Um ponto alto da troca de visitas foi o discurso pronunciado por Wen Jiabao perante a Dieta japonesa, no qual o dirigente chinês deixou claro que seu país não mais utilizaria a “carta histórica” contra Tóquio, sinalizando ao mesmo tempo a disposição da China de reconhecer o Japão como potência política regional de peso global. Abriu-se, assim, o caminho para a visita de Estado ao Japão do Presidente Hu Jintao, logo retribuída pela ida a Pequim dos Primeiros Ministros japoneses que se seguiram no posto. Comunicados e discursos nessas diversas ocasiões têm mencionado a disposição dos dois governos de construir um relacionamento estratégico mutuamente benéfico. Para a China, essa melhora de relações tem inclusive a vantagem de atalhar manifestações nacionalistas, uma possibilidade sempre presente diante do Japão e que não interessa ao regime deixar eclodir. Ainda é cedo, porém, para dizer que as relações sino-japonesas mudaram radicalmente para melhor. Há alguns problemas estruturais, complexos em si mesmos e interconectados, que ademais sofrem a influência da política de defesa dos EUA. Por essa razão, a diplomacia chinesa terá sempre de buscar - como sintetiza o cientista político japonês Takashi Hoshiyama - uns quantos objetivos: enfraquecer a aliança Japão-EUA; embaraçar a capacidade de defesa do Japão; perpetuar a consciência anti-guerra do povo japonês; e estimular a crescente afinidade dos japoneses para com a China.

Os japoneses enfrentaram, agora em fins de agosto, eleições gerais que podem representar uma grande mudança política, com a sólida vitória obtida pelo Partido Democrata do Japão (PDJ), fundado há onze anos com propostas que vão em direção contrária aos propósitos do Partido Liberal Democrático (PLD), no poder praticamente desde 1995. Os observadores hesitam em afirmar que o PDJ seja capaz de abrir um novo capítulo para a atuação do Japão, na Ásia, e a expectativa é ver a China consolidando sua liderança. Dados divulgados pelo governo chinês em começos do corrente mês de setembro mostram aquele país saindo, galhardamente, das agruras da crise econômica mundial. A economia chinesa está bem posicionada para alcançar um crescimento de 8% em 2009; 84% da meta de nove milhões de empregos para todo o ano já foram cobertos nos sete primeiros meses; as vendas de imóveis tiveram alta de 85% em agosto, relativamente a igual período do ano passado; e finalmente, 95% dos 150 milhões de migrantes rurais que percorrem o país à busca de emprego na construção civil e manufaturas de baixa tecnologia voltaram a obter colocação.

Na minha leitura, aliás, os transtornos econômicos e financeiros que sacudiram o mundo, em 2008-2009, ganham em ser vistos mais como o fim de quase três séculos de liderança anglo-americana do que como simples impasse no terreno da economia. Vale dizer, os transtornos não serão

efetivamente superados enquanto não forem encontradas novas soluções de valor paradigmático para as exigências sócio-econômicas do planeta. Os anglo-americanos estruturaram o mundo na medida das ambições de bem-estar deles próprios, sem deixar espaço para possíveis ambições do resto. A China está tomando a liderança desse resto, e não haverá progresso geral, enquanto os EUA não abrirem espaço para a China e os emergentes. A substância do jogo internacional, nas próximas duas ou três décadas, vai consistir na busca de um já improrrogável entendimento entre americanos e chineses, com vistas a novas definições para a ordem mundial. Tornou-se imperativo, por exemplo, dar ao mundo um novo perfil energético, combinando a liderança tecnológica e financeira dos EUA com os avanços bem concretos que vai obtendo a China. Ao contrário dos lugares comuns que retratam a China como apenas poluidora, é possível recolher na mídia internacional uma abundância de informações que mostram aquele país na linha de frente da manufatura e utilização de instrumental para a geração de eletricidade a partir das energias solar e eólica.

Idéia que é preciso descartar vivamente, nesse contexto, é a de que a China buscará fatalmente arrancar dos EUA a liderança hegemônica do mundo. Não é possível antecipar, hoje, o que a China possa ser levada a tentar mais para o fim do século, em condições históricas totalmente distintas das de agora. Parece correto afirmar, contudo, que no horizonte de 2030-2050, realisticamente utilizável, não estão postas iniciativas chinesas do tipo em questão. Quando mais não seja, porque não disporá a China, até lá, dos meios necessários para bancar aventuras militares.

Campinas, setembro de 2009.

Nesse contexto, idéia que é preciso descartar vivamente é a de que a China buscará fatalmente assumir a liderança hegemônica do mundo. Não é possível antecipar, hoje, o que a China será levada a fazer mais para o fim do século, em condições históricas totalmente distintas das de agora. Parece possível dizer, contudo, que no horizonte de 2030-2050 não estão postas iniciativas chinesas do tipo em questão, quando mais não seja, porque não disporá a China dos meios necessários para bancar aventuras militares. O terreno da convergência de chineses e americanos há de estar na edificação de um novo perfil energético para a economia global. A mídia internacional vem recolhendo uma abundância de informações que mostram a China se tornando, na segunda década do novo século, um país líder na manufatura e utilização de instrumental para a geração das energias solar e eólica. Nos EUA, O Presidente Obama e seu secretário de Energia, o Prêmio Nobel de Física, Steven Chu, são vigorosos partidários desses dois tipos de energia.

Campinas, setembro de 2009.